



COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 3.463, DE 2021

Altera a Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, para estender o atendimento prioritário aos jovens que vivam em acolhimento institucional no programa Pronatec, e a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, para prever acesso prioritário dos estudantes que vivam em acolhimento institucional ao financiamento estudantil.

Autor: SENADO FEDERAL - CARLOS VIANA

Relator: Deputado PROFESSOR ALCIDES

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 3.463, de 2021, altera a Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, para estender o atendimento prioritário aos jovens que vivam em acolhimento institucional no programa Pronatec, e a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, para prever acesso prioritário dos estudantes que vivam em acolhimento institucional ao financiamento estudantil.

O art. 1º inclui, no § 3º do art. 2º da Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, além dos grupos já constantes na norma vigente (povos





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado PROFESSOR ALCIDES – PL/GO

Apresentação: 17/08/2023 12:08:38.330 - CE
PRL 1 CE => PL 3463/2021
PRL n.1

indígenas, comunidades quilombolas e adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas), “jovens que vivem há pelo menos 1 (um) ano em acolhimento institucional”.

O art. 2º efetua alterações da Lei do Fies, acrescentando dois artigos novos. O art. 4º-C determina que “os estudantes que vivam há pelo menos 1 (um) ano em acolhimento institucional, com ou sem o poder familiar destituído, terão acesso prioritário ao financiamento com recursos do Fies”, enquanto o art. 5º-D estabelece que “os financiamentos concedidos a partir do primeiro semestre de 2023 observarão carência de 18 (dezoito) meses contados a partir do mês imediatamente subsequente ao da conclusão do curso”.

A proposição foi distribuída às Comissões de Educação (CE), de Seguridade Social e Família (CSSF), de Finanças e Tributação (CFT) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

É o Relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O Projeto de Lei nº 3.463, de 2021, oriundo do Senado Federal, tem dois objetos. Inclui o atendimento prioritário aos jovens que vivam em acolhimento institucional no Pronatec e no Fies, bem como restabelece o período de carência de 18 meses após o fim do curso para início do pagamento da amortização do financiamento estudantil.

São medidas de inquestionável mérito educacional, na medida que concedem prioridade a um grupo claramente hipossuficiência no Pronatec e no Fies, bem como restabelece um tempo razoável para que os beneficiários do Fies tenham maiores chances de se inserir no mercado de trabalho após o





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado PROFESSOR ALCIDES – PL/GO

fim do curso financiado. Desse modo, o início do pagamento da amortização fica estabelecido para após 18 meses, a contar do fim do curso.

Há apenas alguns ajustes a serem efetuados nas alterações concernentes à Lei do Fies. É mais adequado que o dispositivo acrescentado, na proposição, como art. 4º-C, seja inserido no art. 1º da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, como um novo parágrafo (§ 6º-A), para que se harmonize com as prioridades já elencadas no § 6º. Por sua vez, o art. 5º-D demanda dois aperfeiçoamentos: a indicação de que a regra valerá a partir do ano subsequente ao da publicação dessa modificação e a indicação de que a carência de 18 meses não se aplica aos casos em que o beneficiário do Fies queira voluntariamente adiantar o pagamento de parcelas vincendas ou mesmo de quitar antecipadamente o financiamento.

Diante do exposto, nosso voto é pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 3.463, de 2021, na forma do Substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em de de 2023.

Deputado PROFESSOR ALCIDES
Relator





COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 3.463, DE 2021

Altera a Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, para estender o atendimento prioritário aos jovens que vivam em acolhimento institucional no programa Pronatec, e a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, para prever acesso prioritário dos estudantes que vivam em acolhimento institucional ao financiamento estudantil.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 3º do art. 2º da Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º
.....

§ 3º As ações desenvolvidas no âmbito do Pronatec contemplarão a participação de povos indígenas, comunidades quilombolas, jovens que vivem há pelo menos 1 (um) ano em acolhimento institucional e adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

.....” (NR)

Art. 2º A Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, passa a vigorar com o acréscimo de § 6º-A em seu art. 1º e de art. 5º-D, com a seguinte redação:





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado PROFESSOR ALCIDES – PL/GO

“Art. 1º

.....”

§ 6º-A. No grupo de estudantes de que trata o § 6º, terão prioridade aqueles que vivam há pelo menos 1 (um) ano em acolhimento institucional, com ou sem o poder familiar destituído.

.....” (NR)

“Art. 5º-D. Os financiamentos concedidos desde o ano imediatamente subsequente ao da data de publicação deste artigo observarão carência de 18 (dezoito) meses contados a partir do mês imediatamente subsequente ao da conclusão do curso, ressalvada a possibilidade de amortizações extraordinárias ou de quitação do saldo devedor de que tratam o § 6º do art. 5º-B e o § 2º do art. 5º-C.”

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2023.

Deputado PROFESSOR ALCIDES

